

# O Estado latino-americano: teoria e história\*

de Leonardo Granato

## Contribuição à problemática do Estado latino-americano

Contribution to the problem of the Latin American State

por Luiz Eduardo Motta\*

O Estado, enquanto objeto de análise, já ocupou um lugar relevante no campo das pesquisas de Ciências Sociais até meados dos anos 1980. Perceptível quanto a isso foram as intervenções de autores como Wright Mills, Nicos Poulantzas, Jurgen Habermas, Claus Offe, Joachim Hirsh, James O'Connor. No Brasil tivemos as contribuições de Carlos Estevam Martins, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Coutinho e Décio Saes à problemática do Estado capitalista. Contudo, desde a emergência de Foucault, e somado às intervenções de Antonio Negri, Manuel Castells, entre outros, a questão do Estado e de seus aparelhos entrou em declínio, e esse espaço foi cada vez mais ocupado por outras questões como a dos novos movimentos sociais, dos micropoderes, das multidões, das contraformas de poder em oposição ao Estado. Em suma, o Estado acabou sendo minado como locus central de ocupação de poder em detrimento de outros espaços alternativos na construção de transformações políticas e sociais. A permanência da relevância do Estado tem se mantido no campo das relações internacionais, embora o foco se atenha no Estado enquanto país e ator no cenário internacional, e não na sua análise interna e de seus aparelhos específicos.

No caso da América Latina há um deserto no Brasil em termos bibliográficos no que concerne aos estudos e análises sobre as características específicas dos aparatos estatais em suas diversas formações sociais, na busca não somente dos seus elementos singulares, mas também dos aspectos em comum dos Estados capitalistas que se formaram no continente. E, nesse aspecto, o livro de Leonardo Granato cumpre um importante papel para suprir essa lacuna.

---

\* São Paulo: Expressão Popular, 2021.

\* Doutor em Sociologia. Professor associado de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil. End. eletrônico: [luizpmotta63@gmail.com](mailto:luizpmotta63@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0329-7455>

O livro de Granato, *O Estado latino-americano: teoria e história* publicado pela Expressão Popular é uma síntese prodigiosa no tocante ao resgatar a contribuição de diferentes autores sobre a formação dos Estados na América Latina a partir de uma perspectiva crítica e marxista. O objetivo do livro não é de ser uma análise sistemática das obras dos autores abordados, mas sim um mapeamento das principais questões tratadas e, assim, indicar ao leitor os caminhos para serem aprofundados para os interessados pelo tema.

O autor divide o livro em três capítulos: o primeiro, “O Estado moderno: percurso teórico”, Granato introduz o leitor na discussão teórico-conceitual sobre o Estado capitalista moderno por parte dos autores clássicos da teoria política. Para isso, mobiliza a teoria contratualista de Hobbes, Locke e Rousseau e aponta as suas diferenças internas dessa corrente de pensamento. Poderia também incluir as contribuições de Spinoza e a de Kant para o pensamento contratualista, mas se ateve na tríade mais conhecida pelo público das Ciências Sociais. Granato também inclui a intervenção de Hegel sobre o Estado moderno e da sua relação com a sociedade civil, caracterizada por Hegel como o espaço dos interesses egoístas e particularistas, em oposição ao Estado como o modelo de racionalidade e de interesse geral. O capítulo segue com a contribuição crítica dos clássicos do marxismo (Marx, Engels e Lenin) oposta a posição dos contratualistas e de Hegel ao apontarem que o Estado moderno representa apenas formalmente os ditos interesses gerais, haja vista que o Estado capitalista é caracterizado por ser um aparelho repressivo sobre as classes dominadas, e operado para os interesses das classes dominantes.

Em seguida, o autor mostra a contribuição de Max Weber à questão do Estado ao tratar do Estado moderno e da sua burocracia como tipos ideais da dominação racional-legal. Depois de Weber, é a contribuição de Gramsci que vem a ser destacada ao tratar o Estado de modo amplo ao incorporar a reprodução ideológica como uma função do Estado na sociedade civil. Finalizando o capítulo, Granato destaca as contribuições de Althusser e de Poulantzas sobre a temática do Estado capitalista. É a parte mais ampla do capítulo, até porque os dois autores marxistas tiveram uma ampla repercussão na América Latina nos anos 1960-70, e foram fundamentais nos estudos sobre os aparelhos ideológicos e repressivos de Estado, e no caso latino americano num contexto marcado pela emergência de diversas ditaduras militares ao longo do continente. Daí a contribuição de Althusser sobre a diferença entre poder de Estado e de aparelho de Estado, e a de Poulantzas sobre a região do político no modo de produção capitalista, o efeito de isolamento, a autonomia relativa do Estado e das lutas internas no Estado, i.e., o Estado como arena de lutas. Devido aos limites do capítulo faltou destacar a contribuição de Poulantzas ao conceito de estatismo autoritário, um dos traços marcantes no Estado liberal democrático a partir da ascensão do capital monopolista no século XX.

Os capítulos 2 (“O Estado latino-americano: debate teórico”) e 3 (“O Estado latino-americano: passar histórico”) estão interligados. No segundo capítulo,

Granato continua a sua análise num nível bastante abstrato e reconstrói os estudos sobre o conceito de Estado. No início do século XX, o conceito de Estado foi abordado pelos estudos jurídicos, marcados por leituras normativas onde o Estado seria uma expressão do direito e caracterizado por sua neutralidade. A alternativa marxista a essa perspectiva liberal-jurídica, também edificada no início do século XX, ainda se limitava a versão instrumentalista do Estado, não obstante tivesse dado uma grande contribuição ao pensamento social latino-americano (vide Mariátegui). O giro vai se dar após a segunda guerra com a contribuição da Escola cepalina e, posteriormente, pela Teoria da Dependência. Contudo, ambas correntes teóricas a despeito de sua contribuição econômica sobre o papel do Estado, e da questão da dependência aos países imperialistas, limitaram o papel do Estado às estruturas e práticas econômicas no que resulta numa concepção reducionista econômica, e nada avançou aos aspectos intrínsecos dos aparelhos de Estado. A outra guinada no campo das pesquisas sobre o Estado advieram, sobretudo, com a chegada das contribuições de Althusser, Poulantzas e Gramsci no cenário latino-americano. O Estado começa a ser analisado a partir dos seus aparatos (não somente os repressivos), e veio a contribuir sobre a problemáticas da burocracia estatal, da relação do Estado com a sociedade civil, das estruturas jurídico-burocráticas, das frações de classe, da reprodução ideológica, e da articulação das ações internas do Estado capitalista com as ações externas com outras formações sociais. E aí que encontramos as importantes contribuições de Augustin Cuevas, René Zavaleta Mercado, Guilherme O'Donnell, Norbert Lechner e Marcos Kaplan.

Já o terceiro capítulo o nível de abstração é menor se comparado aos precedentes. Granato faz uma reconstrução da trajetória do Estado no período colonial e pós-colonial a partir dos diversos modos de produção presentes nas distintas formações sociais latino-americanas. Apoiado na análise de Cueva, Granato traça os principais aspectos do Estado oligárquico formado a partir da independência dessas diferentes formações sociais; em seguida trata do Estado desenvolvimentista que emerge no pós-segunda guerra caracterizado pelo seu aspecto interventor no campo econômico e social. Esse aspecto interventor ainda se manterá em alguns Estados sob a tutela militar nos anos 1960-70, notadamente o caso brasileiro durante os governos Médici e, sobretudo Geisel, que se diferenciavam de outras ditaduras militares como a chilena liderada por Pinochet e pela junta militar argentina de 1976 por serem os primeiros laboratórios da aplicação do modelo neoliberal em termos mundiais.

O autor traça a última década do século XX com o predomínio do Estado neoliberal com a emergência da chamada “nova ordem mundial”, no qual tem o governo Menem o seu principal paradigma, não obstante o neoliberalismo também estivesse presente (mesmo que de forma menos ortodoxa se comparados ao caso argentino) nos governos Collor, Fernando Henrique Cardoso, Salinas, Fujimori, entre outros. A despeito da onda progressista que emergiu no início do século XXI com governos social-democratas e nacionalistas populares, o espectro neoliberal se

faz presente como um modelo ameaçador aos governos progressistas, mesmo que alguns deles ainda incorram em receitas neoliberais, como foi o caso no Brasil de Lula e no Chile de Bachelet.

Em suma, o livro de Leonardo Granato é uma bem-vinda contribuição à problemática do Estado latino-americano de tão escassa publicação em terras brasileiras, e sem dúvida é um ótimo ponto de partida para os pesquisadores que queiram se aprofundar mais ao tema num olhar contemporâneo, como também ser um estímulo ao conhecimento dos autores abordados pelo autor em seu livro, cujo prefácio é de autoria de Lucio Oliver, professor titular da UNAM, que faz uma bela síntese da contribuição de Granato à problemática do Estado na América Latina.